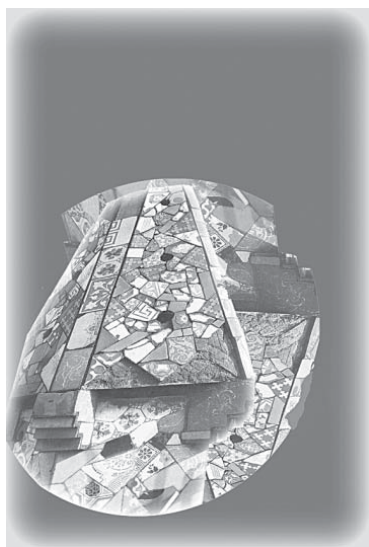


Revisão & Síntese



A CONSTRUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO NA RBAE (1983-1996)

GILSON R. DE M. PEREIRA*

MARIA DA CONCEIÇÃO LIMA DE ANDRADE**

Uma disciplina se constrói. Sua história é mais complexa do que um simples desenvolvimento de idéias e teorias; implica técnicas e métodos de pesquisa, formas de construção de seu objeto, lugares de aprendizagem, de transmissão e exercício, indivíduos associados em redes de trabalho, troca e avaliação.

(Berthelot, 1995, p. 5)

RESUMO. O objetivo do presente trabalho é descrever os modos pelos quais a Administração da Educação foi abordada, entre 1983 e 1996, numa específica instância de divulgação e consagração do campo educacional brasileiro, a *Revista Brasileira de Administração da Educação (RBAE)*, periódico semestral da Associação Nacional de Profissionais de Administração da Educação (ANPAE), destinado a apresentar e discutir questões teóricas e práticas da administração da educação. Parte-se da hipótese segundo a qual a construção ali realizada corresponde aos interesses de um grupo de agentes do campo educacional, cuja definição do perfil profissional especializado é correlativa ao processo de autonomia intelectual da disciplina. Neste estudo faz-se referência à Administração da Educação como disciplina acadêmica, isto é, como projeto de inteligibilidade do real e empresa de interpretação teórica e intervenção prática na educação. Além disso, a Administração da Educação é aqui uma especialidade

* Doutor em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (usp) e professor no Programa de Pós-Graduação da Universidade Regional de Blumenau (FURB). *E-mail:* gilsonmp@furb.br

** Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e professora no Programa de Pós-Graduação da FURB. *E-mail:* mconceicao@furb.br

profissional dotada de valores, técnicas e métodos, e também de um programa de transmissão de conhecimentos.

Palavras-chave: Administração da educação. Periódico especializado. Disciplina acadêmica. Campo educacional.

CONSTRUCTING EDUCATION ADMINISTRATION AT THE *RBAE*
(1983-1996)

ABSTRACT: This paper aims at describing how the Administration of Education was tackled between 1983 and 1996 and, as a result of specific demands from the Brazilian educational field, the publishing and recognition of the six-monthly journal, *Revista Brasileira de Administração da Educação* (*RBAE* - Brazilian Journal of Education Administration), from the *Associação Nacional de Profissionais de Administração da Educação* (ANPAE - the National Association for the Administration of Education Professionals), where practical and theoretical issues on education were discussed and presented. Our hypothesis is that this construction was the result of related interests of a group of agents in the educational field, whose specialized professional profile is in accordance with the intellectual autonomy of the discipline. This study refers to Education Administration as an academic discipline, that is, as a project to understand reality and an attempt to both theoretically interpret and practically intervene in education. Furthermore, Education Administration is here considered as a professional specialization with its own values, techniques and methods, and also as a program providing knowledge.

Key words: Education administration. Specialized journal. Academic discipline. Educational field.

Introdução

O texto a seguir constitui recolha de uma investigação destinada a apreender os modos pelos quais a Administração da Educação foi abordada na *Revista Brasileira de Administração da Educação* (*RBAE*), durante os anos de 1983 a 1996. Nascido da intenção de descrever as formas de construção dos objetos desta disciplina acadêmica, e inserido num projeto mais amplo de submeter à análise os jogos simbólicos praticados nas instâncias de produção, divulgação e consagração do campo educacional brasileiro, este estudo constitui uma abordagem voltada a desvelar, na medida do possível imposto pelos limites destas notas, as peculiaridades das práticas dos agentes do campo edu-

cacional, isto é, as formas de interesse, as estratégias empregadas, as relações de poder etc., além das características e especificidades da produção simbólica educacional. O periódico escolhido, na qualidade de órgão da Associação Nacional de Profissionais da Administração da Educação (ANPAE), compõe lugar privilegiado para trazer à luz os mecanismos mediante os quais os profissionais da disciplina, em particular, e do campo educacional, em geral, produzem e distribuem tanto conhecimentos técnicos como crenças legítimas. Foram consultados os editoriais e os 180 textos publicados nos 12 volumes e 23 números do periódico, do v. 1, n. 1 ao v. 12, n. 2, observando que o v. 6, n. 2 não foi editado. O período selecionado se justifica considerando a abrangência do primeiro ciclo da revista, cuja culminância é a publicação, em 1997, do “Índice Cumulativo Autor Assunto”. A partir desse ano, a revista muda de nome, passando-se a chamar *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBP AE)*.

Este estudo adota a perspectiva segundo a qual o campo educacional é um espaço estruturado de relações em que os agentes disputam os capitais específicos em jogo. Assim como os demais campos, o educacional tem suas próprias normas, valores, interesses, instituições, órgãos de divulgação, instâncias de consagração, hierarquias de legitimidade e critérios de divisão social. Possui mecanismos internos por meio dos quais, segundo uma lógica tão mais específica quanto mais autônoma, os agentes a ele vinculados obtêm lucros, embora não necessariamente econômicos, sofrem sanções, concorrem, complementam-se, coagem uns aos outros, fazem e desfazem alianças e pactos, duradouros ou não (sobre as propriedades dos campos, cf. Bourdieu, 1984).

Ao contrário da visão hagiográfica, partilhada, em geral, tacitamente, e mais inclinada a interpretar os espaços acadêmicos como “comunidades” um tanto coesas e voltadas harmonicamente a objetivos comuns, aqui o campo educacional é concebido, antes de tudo, como arena de lutas, de conflitos nos quais os agentes almejam impor, como legítimos, os arbitrários culturais mais compatíveis com os seus capitais. “A história do campo”, observa Bourdieu (2002, p. 88) a propósito do mercado de arte, consideração extensível a todo o sistema de produção de bens simbólicos, “é a história da luta pelo monopólio da imposição das categorias de percepção e apreciação legítimas; é a própria luta que faz a história do campo; é pela luta que ele se temporaliza”. Todos os lances estratégicos (carreiras, postos de trabalho, linhas e grupos de pesquisa, objetos de es-

tudo, conversões de área, assim como veículos de publicação, entre outros) são orientados, conquanto não necessariamente de forma inteiramente racional, para a maximização dos rendimentos materiais e simbólicos proporcionados pelo campo.

Uma ou outra característica das lutas empreendidas no campo adquire tal ou qual importância a partir das pressões conjunturais. No período aqui abordado, podem-se mencionar a transição democrática nos anos de 1980, a alta inflacionária, os movimentos sindicais do período, a irrupção de novos agentes coletivos na cena política, as expectativas suscitadas pelo início das reformas do Estado na primeira metade da década de 1990, além dos primeiros influxos da mundialização da economia. Porém, as disputas no campo educacional somente são inteligíveis a partir da análise da estrutura objetiva formada por agentes e instituições, simultaneamente parceiros e adversários, dos móveis construídos e disputados e das estratégias acionadas. Em vista disso, os autores, cujos trabalhos são aqui referenciados no apetrecho empírico, devem ser considerados não como pessoas físicas, mas como “indivíduos epistêmicos” (Bourdieu, 1992, p. 34-36) cujas tomadas de posição, simultaneamente teóricas e práticas, pedagógicas e políticas, correspondem a posições objetivas desse espaço de produção simbólica.

A *RBAE* e a ANPAE

A apresentação, de autoria de Benno Sander, do número de lançamento da *RBAE* registra o surgimento desta revista como decorrência do crescimento tanto da ANPAE como da “consciência sobre a necessidade da profissionalização dos dirigentes educacionais para os diferentes níveis e modalidades de ensino” (*RBAE*, v. 1, n. 1, p. 7). Ainda segundo o autor, “esta nova realidade estava a exigir um novo veículo de comunicação e intercâmbio visando ao aperfeiçoamento profissional dos administradores educacionais” (*RBAE*, v. 1, n. 1, p. 7). O lançamento da idéia de editar a *RBAE* ocorreu por ocasião dos atos comemorativos do 20º aniversário da ANPAE, na Universidade de São Paulo, e o projeto redigido e apresentado por Maria Beatriz Moreira Luce, da UFRGS, foi aprovado pelo Conselho Deliberativo da entidade em reunião no dia 28 de outubro de 1981. Na mesma reunião, a redatora do projeto era escolhida para capitanear a editoração do novo periódico. O primeiro número da revista semestral saiu datado de jan. /jun. de 1983.

A *RBAE* surge num momento em que o campo educacional se diversifica, e no qual os móveis da profissionalização e autonomia, embora às vezes transfigurados por palavras de ordem tais como conscientização política, educação política, mudança social, entre outras, são disputados mais intensamente, e se insere num contexto de aumento da oferta e demanda por artigos especializados, decorrência do incremento na produção acadêmica e nas pesquisas realizadas nos, então em consolidação, programas de pós-graduação em educação das universidades brasileiras. Uma das conseqüências desse incremento é a criação de uma rede de periódicos educacionais simultaneamente concorrentes e complementares na disputa pela imposição dos arbitrários legítimos do próprio campo. Para corroborar esse fato, é bastante mencionar alguns dos mais destacados periódicos – em razão do acabamento editorial, da constância de publicação, da posição ocupada pela instituição mantenedora e em razão dos capitais simbólicos dos autores dos artigos publicados – contemporâneos da *RBAE*, por exemplo: *Revista da Associação Nacional de Educação* (ANDE, São Paulo, 1981-1995), *Cadernos CEDES* (Centro de Estudos Educação e Sociedade, Campinas, a partir de 1980), *Cadernos de Pesquisa* (Fundação Carlos Chagas, São Paulo, desde 1971), *Educação & Filosofia* (Universidade Federal de Uberlândia, a partir de 1986), *Educação & Realidade* (Faculdade de Educação da UFRGS, Porto Alegre, revista criada em 1976), *Educação e Seleção* (Fundação Carlos Chagas, São Paulo, a partir de 1980), *Educação & Sociedade* (Centro de Estudos Educação e Sociedade, Campinas, desde 1978), *Educação em Debate* (Faculdade de Educação da UFC, Fortaleza, lançada em 1978), *Educação em Revista* (Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, a partir de 1985), *Em Aberto* (MEC-INEP, Brasília, a partir de 1981), *Fórum Educacional* (Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1977-1990), *Revista da Faculdade de Educação* (FEUSP, São Paulo, lançada em 1975), além da decana *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (MEC-INEP, desde 1944).

Promovem-se, na época, reuniões entre editores de revistas educacionais e representantes das agências de apoio. No texto conclusivo de um desses encontros, observa-se, quanto ao mercado de periódicos educacionais, que a

situação indica uma sensível fase de expansão do campo marcada, contudo, por dificuldades no processo de manutenção de qualidade e consistência editoriais (...) tais problemas refletem-se no cotidiano e na trajetória das revis-

tas, traduzindo-se até mesmo na reiteração de autores e temas ou comprometendo a coerência de linhas de abordagem. (Documento, 1988, p. 88)

A quase simultaneidade das datas de criação dos periódicos anteriormente arrolados, assim como a extensão territorial e a diversidade de instituições mantenedoras, indicam a mencionada criação, ou a ampliação, de uma rede de instâncias de divulgação e consagração do campo educacional. Para ilustrar a legitimidade da *RBAE*, seria suficiente talvez citar alguns dos nomes mais visíveis dentre os seus consultores editoriais, autores de obras de referência no campo educacional: Acácia Zeneida Kuenzer, Alceu Ravello Ferrari, Benno Sander, Carlos Roberto Jamil Cury, Gaudêncio Frigotto, Guacira Lopes Louro, Lauro Carlos Wittmann, Miguel Gonzales Arroyo, Vitor Henrique Paro. Também podem ser citados autores com textos publicados na revista, Luiz Antônio Cunha, Moacir Gadotti, Silke Weber, Afrânio Mendes Catani, Fernando C. Prestes Motta, Romualdo Portella de Oliveira, Hugo Assmann, Iria Brzezinski, além de outros. O fato de esses profissionais, produtores específicos do campo educacional, estarem direta ou indiretamente ligados à *RBAE* sugere o poder concentrado pela revista de imposição tanto das categorias e esquemas de percepção como das produções teóricas, bem como o poder de disseminar os valores e crenças capazes de fomentar a ação prática – no âmbito da administração, da gestão, planejamento etc. – mais conforme à orientação da revista.

Entre 1983 e 1996, a *RBAE* foi publicada em Porto Alegre (v. 1, n. 1 a v. 6, n. 1), Brasília (v. 7, n. 1/2 a v. 12, n. 1) e Rio de Janeiro (v. 12, n. 2). Durante o mesmo período, atuaram como editores Maria Beatriz Moreira Luce (v. 1, n. 1 a v. 6, n. 1), Maria Clélia Botelho (v. 7, n. 1/2), Lauro Carlos Wittmann (v. 8, n. 1 a v. 11, n. 2), Regina Vinhaes Gracindo (v. 12, n. 1) e Jorge Ferreira da Silva (v. 12, n. 2).

Na descrição aqui realizada, não se pode deixar de mencionar a importância da ANPAE no campo educacional. Fundada no dia 11 de fevereiro de 1961, em São Paulo, com foro e sede em Brasília, DF, e revitalizada na década de 1980, a

Associação Nacional de Profissionais da Administração da Educação (ANPAE) é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, (...) e congrega administradores, professores, especialistas e instituições dedicadas ao desenvolvimento da administração da educação e áreas afins. A ANPAE tem por objetivos a união e a promoção de interesses profissionais; o incentivo à cultura científica, ao estudo e ao exercício da administração; a informação e consulta a organismos

nacionais, estrangeiros e internacionais, o estímulo à cooperação e intercâmbio de estudos e experiências; e a colaboração com outras instituições de objetivos idênticos ou afins (Expediente, *RBAE*, v. 1, n. 1, 1983).

A ANPAE mantém desde sua fundação atividades políticas e acadêmicas no campo educacional. Entre seus mais recentes encontros pode-se mencionar o XV Simpósio Catarinense de Administração da Educação e o III Seminário Estadual de Política e Administração da Educação, realizados em Joaçaba (SC) em setembro de 2003, o XXI Simpósio Brasileiro e, em parceria com o Fórum Português de Administração Educacional, o III Congresso Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação, os dois últimos realizados em Recife (PE), em novembro de 2003 (para uma história da ANPAE e sua contribuição à Administração da Educação, cf. Pinto, 1985; Sander, 1986). Considerando a relevância desses eventos, é possível, antecipando a análise, afirmar tanto a força de mobilização política da entidade como o nível de sucesso alcançado pela empresa de diferenciação da Administração da Educação, capaz hoje de reunir, em torno de seus objetos, profissionais dos dois lados do Atlântico.

Um campo politizado

As formas como a Administração da Educação foi abordada na *RBAE* não são inteligíveis senão quando inseridas nas posições e tomadas de posição do campo educacional, isto é, quando analisadas à luz das lutas empreendidas, simultaneamente pedagógicas e políticas, teóricas e práticas, das estratégias acionadas pelos agentes e dos móveis impostos como os mais legítimos.

Destarte, as formas de construção da Administração da Educação na *RBAE* foram inteiramente condicionadas pelo estado de politização do campo no período. A politização de um campo dá-se quando o princípio propriamente político de visão e divisão do mundo, ou princípio propriamente político de escolha, sobrepõe-se a todos os demais (Bourdieu, 1992, p. 243). Não é apenas por uma concessão à lógica do pensamento classificatório que, no período, à administração, ao planejamento, à gestão, entre outros, se adiciona o adjetivo “político”, mas, sobretudo, em razão da “aplicação generalizada e sistemática de critérios propriamente políticos ao conjunto dos problemas”, com o propósito de submeter a lógica das coisas “ao princípio explícito e objetivo de suas opiniões políticas” (Bourdieu, 1992, p. 244).

É possível mostrar que durante toda a década de 1980 o campo educacional brasileiro passou por um estado intenso de politização (Pereira, 2004). Esse processo foi iniciado em meados dos anos de 1970 e, praticamente, se extinguiu na segunda metade da década de 1990. Nisso o campo educacional não esteve isolado, pois mesmo áreas mais autônomas, como a arquitetura erudita, também passaram, quase na mesma época, por situações de politização. Na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, por exemplo, “tornou-se habitual, ao invés de arquitetura e urbanismo, discutir-se o caráter ‘produtivo’ ou ‘improdutivo’ do trabalho intelectual, ou a distinção entre ‘valor de uso’ e ‘valor de troca’, ou ainda a natureza classista do projeto arquitetônico” (Durand, 1989, p. 274). Se a politização pode ser identificada em quase todas as áreas (discussões sobre o direito alternativo, na área jurídica, sobre a socialização da saúde pública ou a medicina popular, na área médica, as reuniões da SBPC em fins dos anos de 1970, cujos pontos altos foram intervenções não de cientistas, mas de celebridades políticas da oposição, ou, ainda, discussões sobre a inserção do serviço social na luta de classes, entre outras), em cada uma delas porém adquiriu características próprias de acordo com o grau de autonomia da área e, portanto, em razão de sua capacidade de refratar os conflitos externos. No caso específico da administração da educação, essa refração será feita a partir da construção de um novo perfil do administrador educacional, e isso envolverá dois modos diferentes de geração das práticas então tidas como legítimas e compatíveis com as exigências do contexto sociopolítico. Esses dois modos de geração de práticas, como será visto, são correlativos à divisão do trabalho correspondente ao estado do campo no período.

O papel do administrador educacional

No campo politizado do período, a construção da Administração da Educação na *RBAE* dá-se por meio de um conjunto de operações cuja característica central consiste, por um lado, na remodelação do papel do administrador da educação, isto é, na redefinição da identidade política deste profissional, que é ao mesmo tempo a definição de sua especificidade profissional e o delineamento de seus atributos técnico-operacionais, e, por outro lado, na construção propriamente teórica da disciplina.

O primeiro movimento, o da identidade profissional, constitui produção de um perfil percebido como ausente – “A administração escolar até

hoje parece não ter encontrado sua identidade, seja em termos profissionais, seja em termos de práticas administrativas congruentes com seu conteúdo fundamental” (Etges, 1993, p. 28) – e, simultaneamente, insurgência contra os modelos anteriormente consagrados, mais inclinados a fazer convergir para os administradores da educação, conforme palavras de Jorge Nagle (1982), “o papel de mensageiros de características da ordem social”. Produto das lutas cada vez mais politizadas do campo educacional, sobretudo na década de 1980, essa nova identidade política do administrador da educação é inteiramente compatível com as exigências éticas e políticas da intelectualidade educacional de esquerda na época:

postura intelectual definida e comprometida com a democracia na educação e na sociedade. Essa postura implica um compromisso concreto com a erradicação da injustiça e do privilégio e com o desarraigamento da reprodução das estruturas de poder e dos interesses criados que fecham entropicamente os grupos humanos e, entre eles, as associações de educadores. (Sander, 1986, p. 21)

Compromisso político e competência técnica parecem soldar as crenças do momento, os imperativos capazes de conduzir os educadores às lutas por mudanças sociais. Nesse sentido, se fará menção a uma “reconceitualização da área” da Administração da Educação por meio das “relações entre a competência técnica e o compromisso político” (Caberlon, 1994, p. 73). Ainda no âmbito da redefinição do papel político, a identidade profissional do administrador educacional não deixa, por vezes, de sofrer certas ambigüidades:

(...) tenho passado toda a minha vida dentro da sala de aula ou tentando administrar a educação e quero dizer a vocês que, nestes 30 anos, a questão de ensinar/administrar é cada vez mais complexa, cada vez mais difícil. O fardo é tão pesado que eu me pergunto se nós estamos administrando alguma coisa ou se não é a hora de rasgar um pouco a fantasia e revelar, desvelar, que, muitas vezes, a educação pública é inadministrável. (Góes, 1992, p. 85)

A tarefa, então, do educador “é motivar para a participação, criar canais para a participação (...) ao lado, portanto, do papel técnico de ensinar e ler, escrever e pesquisar, o educador tem um papel político, que é o de mobilizar, organizar para a participação” (Gadotti, 1983, p. 45). Num momento em que no campo educacional se postula uma “redefi-

nição da função política do público e do Estado”, confere-se à Administração da Educação “uma conotação política nova” (Arroyo, 1983, p. 127), na qual a participação, a mobilização e a organização dos estratos populares constituem trunfos simbólicos e políticos nas lutas por aquilo então percebido pelos agentes como “reorganização dos educadores”. As palavras-de-ordem mais presentes são democratização, gestão democrática, administração colegiada (Rodrigues, 1985), entre outras. Da parte dos administradores, preconiza-se essa reorganização da carreira a partir de uma nova formação (Niskier, 1983; Gadotti, 1983; Chaves, 1986; Cury, 1986; Castro, Machado, Macedo, 1986), tanto no patamar superior do sistema, “pela formação de uma visão sociopolítica da administração universitária” (Madeira, 1985, p. 10), como no chão de escola, “pelo compromisso sócio-político e pedagógico da administração e do planejamento da educação”, ou seja, “planejamento participativo e gestão da administração autogerida” (Wittmann, 1983, p. 22).

“Se houve uma figura perdedora (...) foi a do tecnocrata, isto é, o ‘fazedor de pacotes’. (...) E se houve uma palavra vencedora, essa foi a participação” (Cury, 1985, p. 45). A participação, capaz de evocar, simultaneamente, distância quer em relação ao “autoritarismo” mais ou menos larvar durante os governos militares, quer em relação ao “tecnicismo” associado ao capital (fala-se em “tecnicismo impeditivo”, cf. Franco, 1986), parece, então, significar um elemento aglutinador importante na empresa de remodelação do papel do administrador da educação, tanto em descrições de movimentos por educação escolar (Serpa, 1988), na avaliação de experiências nacionais e estrangeiras (Tosi, 1986, Avancine, 1988), na administração universitária (Covre, 1984), como nas elaborações conceituais (Wittmann, 1986; Paro, 1986) e propostas de ação participativa (Pessotti, 1986).

A divisão do trabalho intelectual

A construção do espaço dos possíveis teóricos e práticos, por meio da análise do material empírico, permite afirmar que a transformação das práticas do administrador da educação – objetivo tácito pretendido pela empresa de dotar a Administração da Educação de um novo conjunto de crenças políticas e um estatuto epistemológico compatível com as exigências acadêmicas dos autores mais legítimos do campo educacional no período – realiza-se a partir de duas espécies de capital cultural e duas es-

estratégias correlativas de construção da disciplina. Essa divisão do trabalho corresponde mais ou menos à oposição, no interior do espaço acadêmico, entre o pólo dos agentes inclinados à acumulação do capital científico (trabalho de legitimação propriamente cultural) e o pólo ocupado pelos agentes mais dispostos a investir na gestão do capital de notoriedade temporal, ou seja, no capital institucional (Bourdieu, 1997, p. 28-36). Coagidos pela concorrência, os agentes direta ou indiretamente aglutinados pela empresa de construção da Administração da Educação ocuparam, não sem ambigüidades, e considerando sempre os casos das sobreposições, um dos pólos anteriormente referidos, oposição esta que encobre a antiga divisão do trabalho entre práticos e teóricos, políticos e intelectuais, ou seja, uma outra forma de expressar o conflito entre a razão pura e a razão prática.

O trabalho de legitimação cultural, isto é, trabalho propriamente teórico, dá-se a partir de um lance duplo: rompimento com as teorias escritas de administração de empresas – conquanto haja textos defensores da escola como empresa: “a gerência eficaz da escola deve procurar manter pontos de contato com o tipo de gerência adotado na empresa” (Niskier, 1983, p. 134) – ou melhor, rompimento com a racionalidade operacional do capital – “A administração da educação não é uma questão de gerência de uma empresa (...) não se rege pelas leis da racionalidade produtiva do capital” (Wittmann, 1986, p. 20) – e fundação, em bases socio-históricas, de “paradigmas” disciplinares mais consentâneos com os capitais culturais dos agentes, acadêmicos em geral de esquerda, intérpretes do marxismo e protagonistas intelectuais das lutas do período. Não usufruindo prerrogativas associadas às prestigiosas faculdades de economia e administração, também não contando com os recursos materiais e simbólicos proporcionados pelas disciplinas voltadas à gestão dos negócios e, além disso, cientes do jejum conceitual da Administração da Educação, os agentes são compelidos, pelas lutas, a uma verdadeira corrida para a teoria, cuja intensidade é proporcional aos reclamos, perceptíveis em todo o período, sobre a fragilidade teórica da disciplina – “Em termos da Administração Educacional verificamos que poucos e insignificantes têm sido os avanços apresentados nessa área de estudos” (Alonso, 1995, p. 10); “a inexistência de uma teoria não apenas caracteriza a administração escolar, como a educação em geral” (Etges, 1993, p. 28).

Pelo menos cinco artigos podem ser mencionados como responsáveis pelo deslocamento de toda a discussão teórica para o âmbito

conceitual socio-histórico, seguramente de inspiração marxista (Sander, 1983; Arroyo, 1983; Wittmann, 1983; Frigotto, 1984; Cury, 1985). O deslocamento antes mencionado dá-se pela inserção da Administração da Educação num quadro teórico orientado para a contradição dialética e enraizado no contexto socio-histórico dos conflitos sociais. “A dialética”, observa um dos autores, “oferece condições particularmente vantajosas para explicar os fenômenos educacionais e os atos e fatos administrativos com base no seu conceito de totalidade” (Sander, 1983, p. 34). Segundo as categorias do período, dialética e totalidade são apresentadas como opostas ao positivismo e à fragmentação do modelo taylorista de administração.

Embora as referências acima citadas, em conjunto, exerçam forte “efeito de campo” e praticamente delimitem o canteiro de obras de toda a edificação posterior, há outras orientações. Fala-se também em uma “nova teoria da administração educacional”, cuja base “teórica e ideológica” é chamada de “voluntarista-fenomenológica”, oposta à tendência “funcional-estruturalista” (cf. Santos Filho, 1983). Ainda na seara teórica, identifica-se a oposição entre quantitativos e qualitativos, forma mais legítima, então, do conflito entre metodologias. Algumas abordagens de perfil mais marcadamente lógico-analítico, perfiladas nos modelos quantitativos de análise (Leite; Barreto, 1983; Blau, 1984; Bertero; Moura, 1984; Mello; Serafini, 1985; Heemann, 1986), também contribuem a seu modo para a matalotagem conceitual da disciplina, sem, contudo, fugirem inteiramente da referência ao paradigma de análise socio-histórica.

Nos anos de 1990, uma nova frente de lutas teóricas, e também políticas, se abriria com o revigoramento da inserção das teorias de administração de empresas na educação, decorrência da entrada triunfante, conquanto não sem oposições (Oliveira, 1993; Cury, 1993; Fonseca, 1995), do neoliberalismo na educação e na produção simbólica brasileira. Exemplares desses combates são as abordagens sobre a qualidade total (Silva, 1995), a municipalização enquanto estratégia neoliberal de implementação do Estado mínimo na educação (Brinhosa, 1995), entre outras. Tamanho foi o impacto no campo educacional das proposições sobre a qualidade total, que um número da *RBAE* (v. 12, n. 1, 1996) é organizado inteiramente dedicado ao tema, divulgação da conferência de abertura (Arroyo, 1996) e dos painéis apresentados no XII Simpósio Brasileiro de Administração da Educação, realizado em Brasília em novembro de 1995, cuja temática central foi “Gestão e Qualidade”.

O trabalho de representação, ou de acumulação e gestão do capital institucional, por sua vez, dá-se a partir dos artigos – mais abundantes – voltados quer à apresentação de propostas, quer à análise de experiências, todos, em geral, acentuadamente marcados pelo viés prático, ou seja, inclinados, como se dizia então, à passagem “da teoria à práxis” (Pellegrini, 1986), eufemismo usado para designar as prescrições, notadamente as dos protagonistas mais predispostos à contestação política e ao engajamento propriamente administrativo. Nesse escopo, fala-se de administração participativa, planejamento participativo, em prática social transformadora (Fortuna, 1986), propostas e intercâmbios de experiências (Chaves, 1986). Produto das tomadas de posição dos agentes relativamente dotados de reduzidos capitais culturais, e, por isso mesmo, mais inclinados a investirem nos efeitos sociais da produção intelectual, e conquanto com taxa de rendimento simbólico inferior à dos trabalhos teóricos, esses textos “de aplicação” desempenham igualmente importante papel na tarefa de legitimação da disciplina.

Um móvel prestigioso: a administração universitária

A análise descritiva dos móveis, isto é, análise do conjunto das objetivações parciais dos agentes mobilizados nas lutas do campo, permite construir o já mencionado espaço dos possíveis sobre a Administração da Educação na *RBAE* e recuperar – para além das falsas aparências, das rupturas mais anunciadas que realizadas, das oposições antes fictícias que reais – a lógica das disputas conduzindo os autores a uma verdadeira conversão coletiva em torno dos objetos considerados como os mais dignos. Sob essa ótica, um dos móveis de luta mais disputados no período e, certamente, um dos mais consagrados é a administração da universidade ou administração universitária. Seguindo a lógica do enobrecimento da disciplina pela produção de um *corpus* teórico cuja divulgação nas páginas de uma revista prestigiosa seria suficiente para produzir efeitos na realidade das instituições universitárias, e, conseqüentemente, garantir aos produtores os créditos simbólicos daí decorrentes, a administração do ensino superior é posta na *RBAE* como questão política historicamente determinada, por meio da análise das relações entre política e universidade. Enfatiza-se o debate e a participação política como elementos fundamentais da administração universitária (Pinto; Santa Rosa, 1983). Na mesma tendência de conferir cunho político às discussões sobre a adminis-

tração, outros trabalhos criticam as influências da administração científica burocrática nas organizações universitárias do Brasil. O v. 2, n. 2 da *RBAE* (1984), organizado de forma monotemática, publica os trabalhos apresentados no Seminário “A Teoria Administrativa e a Prática da Administração Universitária” ocorrido no mesmo ano em Gramado, RS. Os trabalhos abordam questões da administração universitária a partir de estudos de autores estrangeiros. Tecem-se considerações críticas a características das organizações universitárias, sobretudo à ausência de participação efetiva e à centralização da autoridade na cúpula administrativa. De 1985 a 1990, os volumes publicados enfatizam a problemática da democratização da gestão do ensino superior. Abordam-se as eleições na comunidade universitária e a administração da universidade sob a dinâmica das transformações da sociedade brasileira vividas naquele período de intensa mobilização política. De 1990 em diante, as atenções voltam-se para o papel a ser desempenhado pela universidade em razão da reforma do Estado então em curso, denunciada como de feição neoliberal (sobre as abordagens da educação superior na *RBAE*, cf. Falcão; Esteves, 1998).

Considerações finais

Embora presente nos currículos universitários brasileiros desde os anos da década de 1940, a Administração da Educação sempre ocupou posição dominada no espectro das disciplinas, comparativamente à História da Educação, à Sociologia da Educação, ou mesmo à Didática, razão pela qual se explica o seu circunscrito prestígio e sua reduzida força de atração como carreira acadêmica. Acresce-se a isso a sua proximidade com os poderes temporais, responsáveis pela indicação dos cargos nos âmbitos administrativos das diversas esferas do sistema de ensino, contribuindo, dessa forma, para a heteronomia da disciplina. Dupla dominação, portanto: disciplina dominada no campo educacional, acrescida da posição subalterna ocupada pela produção educacional no campo acadêmico. Pouco prestigiosa, e praticamente marginal no âmbito das faculdades de economia e administração, a produção em Administração da Educação no Brasil resulta, em geral, do trabalho de agentes de reduzidos capitais culturais (Oliveira; Catani, 1994, p. 12). Disso decorre que significativa parcela da produção é feita sob a tônica quer de enfoques técnicos e quantitativos, quer de prescrições práticas advindas das teorias da administração de empresas – “Em termos históricos, a administração es-

colar tomou a teoria da administração das empresas de empréstimo” (Etges, 1993, p. 28). Posteriormente à década de 1980, esse quadro mudaria lentamente, sobretudo por força da construção realizada na *RBAE*, capaz de, a montante, dotar a disciplina de créditos simbólicos, politizando-a ou alçando-a ao pólo dominante da reflexão erudita (a teórica), e, a jusante, definir tanto o perfil técnico do administrador da educação quanto os valores e crenças, tácitas e explícitas, às vezes até ambíguas, dos agentes aptos e dispostos à inserção prática na administração da educação. A análise dos textos publicados na *RBAE* permite assegurar que isso é feito tanto pelos caminhos da politização como a partir daquilo percebido pelos protagonistas, e nos termos de um dos seus mais autorizados porta-vozes, o então presidente da ANPAE e editor da *RBAE*, Lauro Carlos Wittmann (*RBAE*, v. 10, n.1, p. 8), como a “construção teórica da administração da educação”.

Recebido em junho de 2004 e aprovado em outubro de 2004.

Referências bibliográficas

ALONSO, M. A administração educacional e os desafios da modernidade. *Revista Brasileira de Administração da Educação (RBAE)*, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 9-26, jan./jun. 1995.

ARROYO, M.G. A administração da educação é um problema político. *Revista Brasileira de Administração da Educação (RBAE)*, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 122-129, jul./dez. 1983.

ARROYO, M.G. Administração e qualidade da prática educativa: exigências e perspectivas. *Revista Brasileira de Administração da Educação (RBAE)*, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 9-21, jan./jun. 1996.

AVANCINE, S.L. Participação de pais de alunos em escolas públicas: primeiras avaliações de experiências estrangeiras. *Revista Brasileira de Administração da Educação (RBAE)*, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 25-32, jan./jul. 1988.

BERTERO, C.O.; MOURA, A.R. Autarquias e fundações: dois experimentos organizacionais em universidades federais. *Revista Brasileira de Administração da Educação (RBAE)*, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 31-56, jul./dez. 1984.

BERTHELOT, J.M. *La construction de la sociologie*. 3. ed. Paris: PUF, 1995.

BLAU, P. Universidades como organizações. *Revista Brasileira de Administração da Educação (RBAE)*, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 10-26, jul./dez. 1984.

BOURDIEU, P. Quelques propriétés des champs. In: BOURDIEU, P. *Questions de sociologie*. Paris: Minuit, 1984.

BOURDIEU, P. *Homo academicus*. Paris: Minuit, 1992.

BOURDIEU, P. *Les usages sociaux de la science: pour une sociologie clinique du champ scientifique*. Paris: INRA, 1997.

BOURDIEU, P. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. São Paulo: Zouk, 2002.

BRINHOSA, M.C. Descentralização da educação em SC (1991-93): construção da omissão do Estado com a educação e mecanismo de reforço do poder do Estado sobre os municípios. *Revista Brasileira de Administração da Educação (RBAE)*, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 79-114, jan./jun. 1995.

CABERLON, V. I. Administração da educação no Brasil: um exercício de reflexão. *Revista Brasileira de Administração da Educação (RBAE)*, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 73-81, jan./jun. 1994.

CASTRO, M.; MACHADO, M.A.C.A.; MACEDO, N.M.O. A formação do educador na proposta curricular da Faculdade de Educação da UFMG. *Revista Brasileira de Administração da Educação (RBAE)*, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 128-138, jan./jun. 1986.

CHAVES, M.L.B. Proposta e experiência de intercâmbio internacional para formação de administradores escolares. *Revista Brasileira de Administração da Educação (RBAE)*, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 92-94, jul./dez. 1986.

COVRE, M.L.M. A administração da universidade e participação: o caso PUC/SP. *Revista Brasileira de Administração da Educação (RBAE)*, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 228-242, jul./dez. 1984.

CURY, C.R.J. A Administração da educação brasileira, a modernização e o neoliberalismo. *Revista Brasileira de Administração da Educação (RBAE)*, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 51-70, jan./jun. 1993.

CURY, C.R.J. O compromisso do profissional de administração da educação com a escola e a comunidade. *Revista Brasileira de Administração da Educação (RBAE)*, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 44-50, jan./jun. 1985.

CURY, C.R.J. O profissional de administração da educação: seleção, formação e atuação. *Revista Brasileira de Administração da Educação (RBAE)*, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 106-113, jan./jun. 1986.

DOCUMENTO conclusivo do 3. Encontro de Revistas Brasileiras de Educação. *Revista Brasileira de Administração da Educação (RBAE)*, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 88-90, jan./jul. 1988.

DURAND, J.C. *Arte, privilégio e distinção: artes plásticas, arquitetura e classe dirigente no Brasil, 1855/1985*. São Paulo: Perspectiva, 1989.

ETGES, N.J. O conteúdo e as formas da administração escolar moderna. *Revista Brasileira de Administração da Educação (RBAE)*, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 27-48, jul./dez. 1993.

FALCÃO, L.M.Q.; ESTEVES, V.V. A educação superior na Revista Brasileira de Administração da Educação: *RBAE* (1983-1995). In: MOROSINI, M.; SGUISSARDI, V. (Org.). *A educação superior em periódicos nacionais*. Vitória: FCAA/UFES, 1998.

FONSECA, D.M. O neoliberalismo e a educação. *Revista Brasileira de Administração da Educação (RBAE)*, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 9-22, jul./dez. 1995.

FORTUNA, M.L.A. Os estágios como ação pedagógica e prática social transformadora. *Revista Brasileira de Administração da Educação (RBAE)*, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 116-122, jul./dez. 1986.

FRANCO, M.E.D.P. O desvelamento e a contraposição de mitos na administração da educação brasileira. *Revista Brasileira de Administração da Educação (RBAE)*, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 114-127, jan./jun. 1986.

FRIGOTTO, G. Educação como capital humano: uma “teoria” mantenedora do senso comum. *Revista Brasileira de Administração da Educação (RBAE)*, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 10-37, jan./jun. 1984.

GADOTTI, M. A Formação do administrador da educação: análise de propostas. *Revista Brasileira de Administração da Educação (RBAE)*, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 38-45, jul./dez. 1983.

GÓES, M. A função social do diretor de escola pública, eleito pelo voto direto. *Revista Brasileira de Administração da Educação (RBAE)*, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 85-100, jan./ jun. 1992.

HEEMANN, E.B. A eleição dos diretores das escolas estaduais do Paraná e seus efeitos na vida da escola. *Revista Brasileira de Administração da Educação (RBAE)*, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 46-62, jul./dez. 1986.

LEITE, R.H.; BARRETO, J.A.E. O comportamento institucional da Secretaria de Educação do Estado do Ceará. *Revista Brasileira de Administração da Educação (RBAE)*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 90-119, jan./ jun. 1983.

MADEIRA, V.P.C. A administração universitária e as transformações da sociedade brasileira. *Revista Brasileira de Administração da Educação (RBAE)*, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 10-19, jul./dez. 1985.

MELLO, E.; SERAFINI, O. O perfil do administrador escolar: necessidade ou inutilidade. *Revista Brasileira de Administração da Educação (RBAE)*, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 22-40, jul./dez., 1985.

NAGLE, J. Os estudos de administração escolar no Brasil: proposta de reformulação. *Didática*, São Paulo, n. 18, p. 5-24, 1982.

NISKIER, A. formação do administrador escolar. *Revista Brasileira de Administração da Educação (RBAE)*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 130-138, jan./jun. 1983.

OLIVEIRA, F. A armadilha neoliberal e as perspectivas da educação. *Revista Brasileira de Administração da Educação (RBAE)*, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 37-49, jan./jun. 1993.

OLIVEIRA, R.P.; CATANI, A.M. A Pesquisa em administração escolar no Brasil. *Revista Brasileira de Administração da Educação (RBAE)*, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 9-15, jan./jun. 1994.

PARO, V.H. A gestão de escolas públicas de 1º e 2º graus e a teoria administrativa. *Revista Brasileira de Administração da Educação (RBAE)*, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 22-28, jul./dez. 1986.

PELLEGRINI, M.Z. Administração participativa: da teoria à práxis. *Revista Brasileira de Administração da Educação (RBAE)*, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 124-128, jul./dez. 1986.

PEREIRA, G.R.M. A força das afinidades: estudo sobre a politização do campo educacional brasileiro. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/24/T1415058775123.doc>> Acesso em: 20 jan. 2004.

PESSOTTI, A. L. Conselho diretor: uma proposta de colegiado para democratizar uma escola de 1º grau. *Revista Brasileira de Administração da Educação (RBAE)*, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 30-35, jul./dez. 1986.

PINTO, F.C.F. A contribuição da ANPAE para o conhecimento da administração da educação. *Revista Brasileira de Administração da Educação (RBAE)*, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 27-32, jan./jun. 1985.

SANDER, B. Consenso e conflito na administração da educação. *Revista Brasileira de Administração da Educação (RBAE)*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 12-34, jan./jun. 1983.

SANDER, B. A. ANPAE e o compromisso com a administração da educação no Brasil. *Revista Brasileira de Administração da Educação (RBAE)*, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 12-26, jan./jun. 1986.

SANTOS FILHO, J.C. Administração educacional e desenvolvimento social. *Revista Brasileira de Administração da Educação (RBAE)*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 46-64, jan./jun. 1983.

SERPA, L.F.P. Algumas questões sobre os movimentos por educação escolar pública na Grande Salvador. *Revista Brasileira de Administração da Educação (RBAE)*, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 11-23, jan./jul. 1988.

SILVA, R.C. A qualidade total na administração da educação: afinal, do que se trata? *Revista Brasileira de Administração da Educação (RBAE)*, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 97-117, jul./ dez. 1995.

TOSI, M.R. A gestão democrática da educação através da ação da comunidade: uma experiência. *Revista Brasileira de Administração da Educação (RBAE)*, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 36-45, jul./dez. 1986.

WITTMANN, L.C. Administração e planejamento da educação: ato político-pedagógico. *Revista Brasileira de Administração da Educação (RBAE)*, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 10-22, jul./dez. 1983.

WITTMANN, L.C. Fundamentos e perspectivas para a gestão democrática da educação. *Revista Brasileira de Administração da Educação (RBAE)*, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 12-21, jul./dez. 1986.